



DELEUZE: LINGUAGEM, POLÍTICA E VARIAÇÃO

Edson Peixoto Andrade¹

Edilamara Peixoto de Andrade²

Pedro Amaral Souza³

GT10 – Práticas Investigativas na Educação Superior.

RESUMO:

A obra *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* se propõe a estudar as implicações da linguagem no ordenamento histórico-social por meio dos agenciamentos coletivos de enunciação, das palavras de ordem e das relações entre o plano do conteúdo (dos corpos) e da expressão (incorporais). Nesse sentido, o quarto platô analisa quatro postulados da linguística. No presente texto discorreremos a respeito do quarto postulado, analisando as suas consequências tanto no plano da língua (expressão) quanto no plano dos corpos (conteúdo). O texto se divide em quatro partes, a saber, primeira parte introdução; segunda parte, discussão acerca da relação linguística e política; terceira parte, línguas altas e baixas; quarta parte, as minorias. Para tanto, fez-se uma tentativa de apreensão dos movimentos do texto de Deleuze & Guattari, extraindo as principais propostas de discussão presentes no mesmo.

Palavras-Chave: Linguística, Língua, Maioria, Minoria.

ABSTRACT:

The work *Mil plateaus: capitalism and schizophrenia* sets out to study the implications of language in the social-historical order by means of collective assemblages of enunciation, slogans and relations between the plane of content (of bodies) and expression). In this sense, the fourth plateau analyzes four postulates of linguistics. In this text we will discuss the fourth postulate, analyzing its consequences both in the plane of language (expression) and in the plane of bodies (content). The text is divided into four parts, namely part one introduction; second part, discussion about the linguistic and political relationship; third part, high and low languages; fourth, minorities. For this, an attempt was made to apprehend the movements of the text of Deleuze & Guattari, extracting the main proposals of discussion present in the same one.

Keywords: Linguistics, Language, Majority, Minority.

¹ Mestre em Filosofia pelo PPGF/UFS, especialista em Metodologia do Ensino da História e da Geografia, licenciado em História pela Universidade de Uberaba, Bacharel em Psicologia pela Faculdade AGES, membro do GefilUFS (Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem da UFS), professor da Educação Básica no município de Paripiranga/BA. edsonpsique@yahoo.com.br

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa, licenciada em Letras pela Faculdade AGES, advogada, membro do GefilUFS (Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem da UFS), mestranda em Filosofia pela UFS. dilapa@bol.com.br

³ Prof. Esp. em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa, pedagogo pela AGES, licenciado em Letras Português/Inglês pela UNIT, bacharel em Direito pela Faculdade AGES, professor da Educação Básica no Estado de Sergipe e no Município de Paripiranga/BA. pedroamaralpv@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A obra *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* se propõe estudar as implicações da linguagem no ordenamento histórico-social por meio dos agenciamentos coletivos de enunciação, das palavras de ordem e das relações entre o plano do conteúdo (dos corpos) e da expressão (incorporais). Nesse sentido, o quarto platô analisa quatro postulados da linguística. No presente texto discorreremos a respeito do quarto postulado, analisando as suas consequências tanto no plano da língua (expressão) quanto no plano dos corpos (conteúdo).

O quarto platô se compõe de quatro partes. Em cada uma se analisa um postulado da linguística, a saber: primeira, “a linguagem seria informativa e comunicativa”; segunda, a suposta existência de “uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator ‘extrínseco’”; terceira, a suposta existência de “constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo” e por fim, na quarta parte, a pressuposição de que “só se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão”. Neste texto, analisaremos a quarta parte deste platô. A quarta parte discute a possibilidade de se estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão. Ela pode ser dividida em quatro pontos. O primeiro (§ 32-34, p. 45-49) discorre a respeito da relação linguística e política; o segundo ponto (§ 35-36, p. 49-50) discute a oposição língua maior e língua menor como possíveis tratamentos da língua; o terceiro ponto (§ 37-38, p. 51-53) discute a respeito da língua enquanto devir; o quarto ponto discute a respeito da palavra de ordem e seus dois aspectos, a saber, a sentença de morte e a fuga (§ 39-41, p. 54-59). Esse quarto ponto não será analisado aqui.

2 LINGUÍSTICA E POLÍTICA

O primeiro ponto da análise versa a respeito da relação estabelecida entre linguística e política. De acordo com Deleuze e Guattari, embora a língua se apresente como uma realidade variável e heterogênea há um “modelo científico através do qual a língua se torna objeto de estudo” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 45). A existência de tal modelo, motiva o questionamento de Deleuze e Guattari a respeito do significado da exigência dos linguistas em “traçar um sistema homogêneo para tornar possível o estudo científico” (Id., 1995, p. 45) da língua. Segundo os autores, tal procedimento equivale a “extrair das variáveis um conjunto de constantes, ou de determinar relações constantes entre as variáveis” (Id., 1995, p. 45). Tal modelo, na concepção de Deleuze e Guattari é “um modelo político através

do qual a língua é por sua vez homogeneizada, centralizada, padronizada, língua de poder, maior ou dominante” (Id., 1995, p. 45), dito de outro modo, o modelo científico, que pretende padronizar regras para a língua, se apresenta como um mecanismo político, isto é, decorrente de interesses particulares que, por sua vez, promovem a homogeneidade e a padronização dos elementos da língua tornando-a instrumento de poder e dominação. Trata-se de um modelo arbitrário, que intenciona transformar as regras da linguagem em mecanismos de sujeição e dominação.

Nesse sentido, Deleuze e Guattari levantam uma primeira pergunta, a saber, “o que é a gramaticalidade e o signo S, o símbolo categorial que domina os enunciados?” E prontamente respondem: “é um marcador de poder antes de ser um marcador sintático” (Id., 1995, p. 45-46). Nesse contexto, afirmam que “as árvores chomskianas⁴ estabelecem relações constantes entre variáveis de poder” (Id., 1995, p. 46), considerando-se, como já foi dito, que os marcadores “sintáticos” são, antes de tudo, “marcadores de poder” uma vez que, por exemplo, “formar frases gramaticalmente corretas é, para o indivíduo normal, a condição prévia para qualquer submissão às leis sociais” (Id., 1995, p. 46), ou seja, os marcadores gramaticais estabelecem o critério para a inserção do indivíduo em dado contexto social, daí se dizer que o “modelo científico” de estudo da língua é um modelo “político”. Ele não decorre de uma estrutura *a priori* das línguas que, por sua vez, deveriam ser apreendidas pelos indivíduos, mas são constructos sociais, que estabelecem critérios para a submissão e aceitabilidade de determinado indivíduo ou grupo em dado contexto social ao tempo em que impõem ao indivíduo a tarefa de dominar os signos linguísticos para a sua inserção no meio social considerando que, em tais contextos, “ninguém pode ignorar a gramaticalidade”, pois “aqueles que a ignoram pertencem a instituições especiais” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 46). Aqui se dá a crítica de Deleuze e Guattari a essa imposição de um modelo científico de padronização da língua. Para os autores franceses, quando se diz que o modelo científico de estudo de determinada língua é um modelo político, consideram-se duas coisas.

Primeiro, não existe uma “língua-mãe” e sim, uma língua dominante. Para os autores, “a unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centros diversos” (Id., 1995, p. 46). Na continuidade do texto, os autores irão aprofundar essa questão mostrando, dentre outras coisas, os processos que permitem dizer que uma língua é maior ou menor. Nesse ponto, é preciso deixar claro o

⁴ Cf. CHOMSKY, N. Lectures on government and binding. Dordrecht, Foris, 1981.

acento que Deleuze põe no que tange à compreensão de uma “língua dominante” como aquela que se impõe politicamente sobre as outras e que, por isso mesmo, não pode ser considerada como “língua-mãe”.

Segundo, a relação entre o modelo científico e o empreendimento político. De acordo com Deleuze e Guattari,

Podem-se conceber várias maneiras de uma língua se homogeneizar, se centralizar: a maneira republicana não é necessariamente a mesma que a real, e não é a menos dura. Mas o empreendimento científico de destacar constantes e relações constantes sempre se duplica no empreendimento político de impô-las àqueles que fala, e de transmitir palavras de ordem (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 46).

Dito de outro modo, a maneira de homogeneização e centralização de uma língua equivale à imposição do “modelo científico” de estudo de determinada língua a toda a comunidade de falantes, o que é um empreendimento político que, por sua vez, consiste na transmissão de palavras de ordem. E o que são essas palavras de ordem? Na análise do primeiro postulado do quarto platô, Deleuze e Guattari dizem que a palavra de ordem se apresenta como “a unidade elementar da linguagem”, a saber, “o enunciado” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 12). Para os autores, a palavra de ordem é “redundância” uma vez que “não provém de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apoia sempre, e desde o início, em ordens, por isso é redundância” (Id., 1995, p. 11). Para exemplificar, Deleuze e Guattari citam os “informes da polícia ou do governo, que pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade, mas que definem muito bem o que deve ser observado e guardado” (Id., 1995, p. 12). Partindo de tais pressupostos, somos capazes de compreender a ação política de imposição dos marcadores de poder, que se apresentam como marcadores sintáticos.

3 LÍNGUAS “ALTAS” E LÍNGUAS “BAIXAS”

O segundo ponto da análise inicia-se, com um segundo questionamento feito por Deleuze e Guattari, o qual pode ser expresso do seguinte modo: “seria preciso distinguir dois tipos de línguas, “altas” e “baixas”, maiores e menores?” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 47). Para os autores, as línguas “altas” poderiam ser definidas “pelo poder das constantes” enquanto que as outras, ou seja, as “línguas baixas”, seriam definidas “pela potência da variação” (Id., 1995, p. 47). Nesse contexto, salientam que não se enfatiza aqui a oposição

entre as línguas ditas “maiores” e os dialetos, mas constata-se que “cada dialeto se encontra afetado por uma zona de transição e de variação, ou melhor, é cada língua menor que se encontra afetada por uma zona de variação propriamente dialetal” (Id., 1995, p. 47). Dito de outro modo, as línguas não podem ser classificadas em “altas” e “baixas” como que se referindo a uma língua tida como “maior” ou como matriz e os dialetos que, nesse contexto, seriam variações dessa língua padrão. O que os autores enfatizam, é o fato de que, a potência de variação está presente no dialeto. E essa variação não se dá necessariamente em relação à língua “maior” ou padrão. É o próprio dialeto que varia. Desse modo, a compreensão da potência de variação não pode se dar tendo como referente a oposição clássica entre língua “maior” ou alta e língua menor ou “baixa”. Tal compreensão, requer um olhar cuidadoso para aquilo que está variando, isto é, para os dialetos que, independentemente de uma possível matriz, estão continuamente engendrando novas possibilidades da língua. Sendo assim, de acordo com Deleuze e Guattari, podemos perceber que “a própria noção de dialeto é bastante incerta” e relativa (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 47). E para exemplificar, os autores citam o caso da língua quebequense.

Diz-se igualmente que “a língua quebequense é tão rica em modulações e variações de sotaques regionais e jogos de acentuações tônicas que, sem entretanto exagerar, parece, às vezes, que seria melhor preservada pela notação musical do que por todo o sistema de ortografia” (Id., 1995, p. 47).

Como entender o exemplo? Há uma língua, - o quebequense - que, de acordo com uma visão linguística tradicional, seria entendida como dialeto do francês que é língua maior ou língua alta. Mas, a consideração das variações gramaticais – que, por sua vez, utilizam-se de elementos do inglês - e da forma como o quebequense se apresenta em suas variações regionais (sotaques) permite compará-la a notações musicais, isto é, símbolos que possibilitam compreender tais sotaques, do que construir todo um sistema ortográfico para preservar a dita língua. A partir do exemplo, parece que os autores franceses querem deixar claro a impossibilidade de se comparar as línguas como sendo maiores (padrão) e menores (dialeto) uma vez que a potência de variação não descende exclusivamente da língua padrão para as variações regionais. No caso em questão, o quebequense seria uma variação do francês, porém, dentro do quebequense há tantas variações que já não se pode mais falar de dialeto do francês com relação ao quebequense nem de dialetos do quebequense em relação às suas variantes. A constatação que nos é possível fazer, é que a potência de variação está o tempo todo atuando quer nas línguas maiores quer naqueles elementos que são considerados

dialetais. Nesse sentido, acrescentam os autores, quando se considera, por exemplo, a língua quebequense, é possível perceber que ela “não é avaliada apenas em relação a um francês padrão, mas em relação ao inglês maior do qual ela toma emprestados todos os tipos de elementos fonéticos e sintáticos para fazê-los variar” (Id., 1995, p. 47). Um segundo exemplo seria relativo aos dialetos bantos. De acordo com os autores, “os dialetos bantos não são avaliados somente em relação a uma língua-mãe, mas em relação ao africâner como língua maior, e ao inglês como língua contra-maior preferida pelos negros” (Id., 1995, p. 47).

Com esses dois exemplos, Deleuze & Guattari concluem dizendo que “não é a noção de dialeto que esclarece a de língua menor, mas ao contrário, é a língua menor que define os dialetos por suas próprias possibilidades de variação” (Id., 1995, p. 47). Dito de outro modo, os dialetos não são decorrentes de uma língua padrão, mas por sua vez, são variações das variações, num processo infinito.

Partindo desses pressupostos, Deleuze e Guattari levantam a terceira questão:

[...] seria preciso distinguir línguas maiores e línguas menores, seja se colocando na situação regional de um bilinguismo ou de um multilinguismo que comporta pelo menos uma língua dominante e uma língua dominada, seja considerando uma situação mundial que dá a determinadas línguas um poder imperialista em relação a outras (assim como o papel do inglês americano atualmente)? (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 47).

De acordo com os autores, há, pelo menos, duas razões para se opor a essa distinção. A primeira razão consiste no fato de que as noções linguísticas maior e menor parecem não ter interesse linguístico. E isso é explicado do seguinte modo:

Como observa Chomsky, um dialeto, uma língua de gueto, uma língua menor não escapam às condições de um tratamento que delas destaca um sistema homogêneo extraído daí constantes: o *black-english* tem uma gramática própria que não se define como uma soma de erros ou de infrações em relação ao inglês padrão, mas de fato essa gramática só pode ser considerada aplicando-lhe as mesmas regras de estudo aplicadas à gramática do inglês padrão. Nesse sentido, as noções de maior e de menor parecem não ter nenhum interesse linguístico (Id., 1995, p. 47-48).

Dito de outro modo, tanto aquelas línguas que são ditas maiores quanto as variações dialetais, possuem um sistema linguístico próprio, uma gramática. Nesse sentido, a distinção entre língua padrão e dialeto não apresenta, em si mesma, um interesse linguístico, isto é, pode ser desconsiderada sem nenhum tipo de prejuízo para os estudos acerca das línguas.

A segunda razão aventada pelos autores para não se aceitar a divisão da língua em maior e menor, pode ser apresentada em termos de que quanto mais uma língua se torna maior, conseqüentemente irá sofrer mais “variações contínuas que a transpõem em ‘menor’” (Id., 1995, p. 48). Esse processo de variação é contínuo e espontâneo de modo que toda língua que se apresenta como padrão sofrerá as irrupções da potência de variação. Nesse contexto, pensar uma distinção entre língua maior e língua menor é algo sem importância considerando que maior e menor é sempre relativo ao que está variando e tudo o que decorre de uma variação estará, por sua vez, suscetível a novos processos de variação. Por exemplo, o inglês americano “não é mundialmente maior sem ser trabalhado por todas as minorias do mundo”, tais como o gaélico, o anglo-irlandês, o *black-english* e tantos outros “guetos” que, por fazerem a variação do inglês americano, levam Nova Iorque a se tornar “quase uma cidade sem língua” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 48). E os autores vão mais longe em sua análise, mostrando que o inglês americano “não se constitui, em suas diferenças em relação ao inglês, sem esse trabalho linguístico das minorias” (Id., 1995, p. 48), ou seja, é o trabalho das minorias em termos linguísticos que permitem a diferenciação entre o inglês padrão e o inglês americano.

De acordo com os autores, “não existe língua que não tenha suas minorias internas, endógenas, intralinguísticas” (Id., 1995, p. 48-49). Nesse sentido, é possível, de acordo com os franceses, estabelecer a oposição entre a posição de Chomsky - o qual afirma, segundo Deleuze e Guattari, “que uma língua, mesmo menor, dialetal ou de gueto, não pode ser estudada fora das condições que dela extraem invariantes, e que eliminam as variáveis ‘extrínsecas ou mistas’” (Id., 1995, p. 49) – e a posição de Labov⁵ que, segundo os autores de *Mil platôs*, defende “que uma língua, mesmo maior e padrão, não pode ser estudada independentemente das variações ‘inerentes’, que não são precisamente nem mistas nem extrínsecas” (Id., 1995, p. 49)

A conclusão de Deleuze e Guattari pode ser enunciada em termos de que não existem dois tipos de línguas, mas dois tratamentos possíveis de uma mesma língua. Nesse sentido, num primeiro momento, pode-se tratar as variáveis com o objetivo de extrair delas as constantes, como por exemplo, as regras obrigatórias de determinada língua; e num segundo momento, se coloca as variáveis “em estado de variação contínua” (Id., 1995, p. 49). A compreensão desses dois tratamentos possíveis leva-nos à constatação de que, segundo Deleuze e Guattari, as regras gramaticais, as constantes linguísticas e os elementos padrões de

⁵ Cf. LABOV, William (1974). Estágios na aquisição do inglês standard. In.: FONSECA, M. e NEVES, M. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado.

uma língua não são supérfluos ou desnecessários, mas ocupam um lugar específico dentro da linguagem. Contudo, tal lugar específico das ditas constantes não pode negar a potência de variação. Nesse sentido, quando se compreende esses dois tratamentos possíveis, foge-se à pretensão de classificar as línguas em maiores ou menores ao tempo em que se acolhem todas as possibilidades das mesmas como autênticas formas de línguas.

Para Deleuze e Guattari, “‘maior’ e ‘menor’ não qualificam duas línguas, mas dois usos ou funções da língua” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 50). Para explicar, os autores citam alguns exemplos:

[...] no império austríaco, o tcheco é língua menor em relação ao alemão; mas o alemão de Praga já funciona como língua potencialmente menor em relação ao de Viena ou de Berlim; e Kafka, judeu tcheco escrevendo em alemão, faz o alemão sofrer um tratamento criador de língua menor, construindo um *continuum* de variação, negociando todas as variáveis para, ao mesmo tempo, restringir as constantes e estender as variações: fazer gaguejar a língua ou fazê-la ‘piar’..., armar tensores em toda a língua, mesmo a escrita, e extrair daí gritos, clamores, alturas, durações, timbres, acentos, intensidades (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 50).

Como vemos, tanto as línguas maiores quanto as menores, são passíveis de variação. Desse modo, não se deve falar em duas classificações, mas em dois tratamentos possíveis da língua, isto é, a língua tanto pode ser estudada a partir das suas constantes quanto a partir das suas variáveis. Nesse contexto, aquilo que decorre de uma variação não pode ser visto como algo inferior à sua matriz padrão considerando-se que também aí, existe um movimento de variação que permite engendrar novas possibilidades de língua de modo que o que era derivado passa a ser fonte de derivação e assim sucessivamente.

4 AS MINORIAS E A MENORIDADE DO DEVIR

O terceiro ponto da análise, de modo semelhante ao anterior, inicia com um terceiro questionamento, a saber, como se caracteriza, segundo Deleuze e Guattari, uma língua menor? Para responder a esta questão, os autores defendem que, “subtrair e colocar em variação, diminuir e colocar em variação, é uma só e mesma operação” (Id., 1995, p. 51), ou seja, aquilo que pode ser dito como “menor” em relação à língua maior equivale ao processo de subtração de alguns elemento de determinada língua e colocar essa língua em variação. Em outras palavras, a variação é subtração. Contudo, salientam os autores, “não existe uma pobreza e uma sobrecarga que caracterizariam as línguas menores em relação a uma língua

maior ou padrão”, mas “há uma sobriedade e uma variação que são como um tratamento menor da língua padrão, um devir-menor da língua maior” (Id., 1995, p. 51). Nesse sentido, a questão que se coloca não pode ser entendida como a distinção entre uma língua maior e outra menor, a questão é a de um devir da língua. Nesse contexto, os autores falam: “a questão não é a de se reterritorializar⁶ em um dialeto ou um patuá, mas de desterritorializar a língua maior, os negros americanos não opõem o *black* ao inglês, fazem com o americano, que é sua própria língua, um *black-english*” (Id., 1995, p. 51). Em outras palavras, há um devir da língua que é uma desterritorialização de uma língua maior. Contudo, tal processo não se dá entre uma língua que poderia ser considerada matriz (como por exemplo, o inglês britânico que seria a matriz do americano). A variação se dá a partir da língua que se fala. Por exemplo, a variação que se dá no *black-english* não se relaciona ao inglês (como língua-mãe), mas em relação ao inglês americano. Nesse contexto, pode-se dizer que, segundo Deleuze e Guattari, não existe uma “língua-mãe” uma vez que, todas as línguas decorrem de processos de desterritorialização e reterritorialização, isto é, são provenientes de movimentos de variação. Desse modo, segundo Deleuze e Guattari, não se deve pensar a variação em termos de dialetos ou “regionalismos” e sim, como um processo em que a língua maior é submetida a um movimento de variação contínua (Id., 1995, p. 51).

Para Deleuze e Guattari, quando se pensa em maioria e minoria, deve-se considerar primeiramente que “maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 52). Por exemplo,

[...] suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer (o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound). É evidente que “o homem” tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 52)

Dito de outro modo, o que se entende por “maioria” supõe uma espécie de metro ou de padrão de medida que, por sua vez, está atrelado a uma visão de homem, de mundo e de sociedade que se considera padrão. Nesse sentido, conforme Deleuze e Guattari, “a maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário” (Id., 1995, p. 52), isto é, não é a

⁶ A respeito do conceito de desterritorialização cf. *Mil Platôs*, vol 2, p. 30 e *O que é a filosofia?* (DELEUZE, 1992, p.113-146)

minoria que domina a maioria ao submetê-la à desterritorialização, pelo contrário, a desterritorialização acontece em decorrência de uma maioria que detém o poder e a dominação. Por sua vez, a minoria é relativa à variação desse metro ou padrão, isto é, “uma outra determinação diferente da constante seria então considerada como minoritária, por natureza e qualquer seja seu número” (Id., 1995, p. 52). Contudo, a minoria, dizem os autores, “é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo” (Id., 1995, p. 52). Nesse ponto, os franceses propõem fazer a distinção entre três coisas, a saber, “o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo” (Id., 1995, p. 42). Nesse sentido, salientam os autores, “o problema não é nunca o de obter a maioria, mesmo instaurando uma nova constante. Não existe devir majoritário, maioria não é nunca um devir. Só existe devir minoritário” (Id., 1995, p. 52), dito de outro modo, a minoria só permanece sendo minoria, isto é, só permanece em sua potência de variação, em sua capacidade de promover a desterritorialização, enquanto permanece no “devir minoritário”. Para tornar isso mais claro, podemos lançar mão de alguns exemplos apresentados pelos autores.

As mulheres, independentemente de seu número, são uma minoria, definível como estado ou subconjunto; mas só criam tornando possível um devir, do qual não são proprietárias, no qual elas mesmas têm que entrar, um devir-mulher que concerne a todos os homens, incluindo-se aí homens e mulheres. O mesmo ocorre com as línguas menores: não são simplesmente sublínguas, idioletos ou dialetos, mas agentes potenciais para fazer entrar a língua maior em um devir minoritário de todas as suas dimensões, de todos os seus elementos (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 52-53).

Parece claro que o conceito de minoria e maioria não se refere ao aspecto quantitativo, mas a questões ligadas ao poder e à dominação. Partindo desse princípio, a língua menor não pode ser entendida como “sublíngua” dentro daquela que seria a língua padrão, mas se refere a uma potência de variação que leva a língua padrão a entrar em um processo de devir minoritário. Nesse contexto, podemos citar a conclusão de Deleuze e Guattari:

É a variação contínua que constitui o devir minoritário de todo o mundo, por oposição ao Fato majoritário de Ninguém. O devir minoritário como figura universal da consciência é denominado autonomia. Sem dúvida, não é utilizando uma língua menor como dialeto, produzindo regionalismo ou gueto que nos tornamos revolucionários; é utilizando muitos dos elementos de minoria, conectando-os, conjugando-os, que inventamos um devir específico autônomo, imprevisto (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 53).

Certamente, a crítica aqui se dirige ao marxismo. A luta, nesse contexto, não pode se dar em vistas da tomada do poder e da dominação, mas deve consistir em promover o devir, a variação contínua quer no movimento da sociedade quer nos movimentos da língua.

CONSIDERAÇÕES

Quando se considera o processo de variação das línguas como decorrente de mecanismos de desterritorialização das chamadas “línguas-mães” é possível perceber que tais processos, embora contínuos, são espontâneos e de certa forma, inevitáveis. É justamente esse processo de variação que faz com que a língua seja considerada como algo que possui vida uma vez que está em permanente processo de mudança.

Essa discussão acerca da língua nos conduz, segundo Deleuze e Guattari, a discussões em torno do devir no contexto das sociedades. Nesse sentido, somente a permanência na dimensão do devir minoritário concede aos grupos considerados “minorias”, a capacidade de promover a desterritorialização. O problema que se levanta é o seguinte: o ato de desterritorializar engendra a reterritorialização. Nesse sentido, o cuidado que se há de tomar é de permanecer no devir, no acontecimento, na potência de variação, no elemento minoritário, pois a reterritorialização pode gerar a tomada do poder e o exercício da dominação e isso, conseqüentemente, anula o devir.

Tais elucubrações podem ser muito úteis para se fazer a análise de diversos movimentos que acontecem na sociedade, de modo particular na escola.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris, 1981.

DELEUZE, G.; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

LABOV, William (1974). Estágios na aquisição do inglês standard. In.: FONSECA, M. e NEVES, M. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado.